

Intervenções em Monumentos



Paulo Pereira*

Actualmente pretende-se dar resposta a novos critérios de intervenção ou a novas alternativas de trabalho, que tendem a ser mais contidas e regradas. Trata-se, num primeiro momento, de trazer para primeiro plano a pura e simples salvaguarda do monumento, atendendo ao estado em que o vamos encontrar antes de qualquer acção de obra. São cada vez mais utilizadas (a par da prevenção) as estratégias de consolidação (embora não exclusivamente, porque o tema é complexo e avesso a certezas). Torna-se assim cada vez mais importante a relação mínima com o objecto a intervir. Assim, do mesmo modo, a restituição à configuração primitiva, associada à introdução de materiais de alta tecnologia, recém-aplicados e reversíveis, ganha foros de importância e de factor crítico.

No quadro dos monumentos onde existem instalados serviços dependentes do IPPAR leva-se a cabo uma estratégia de valorização e actualização sistemática. Tratando-se de monumentos extremamente sensíveis e detentores de um espólio muitas vezes valioso, a sua conservação reveste-se de cautelas especiais. Se por um lado a sua rendibilização constitui uma realidade óbvia, tem-se vindo a proceder à instalação sistemática de lojas e o seu preenchimento por "merchandising" de qualidade, além de variantes eventuais, como cafetarias e restaurantes. Tal acto visa não apenas corresponder a um padrão de intervenção, mas sobretudo à criação de áreas de acolhimento onde elas não existam e de áreas necessárias para a descompressão e re-

tenção temporária de público. De facto, alguns destes monumentos, atendendo ao fluxo de visitantes diário (às vezes mais de 3000!), devem possuir áreas de filtragem de público. Não se pode transformar o património construído em explosivas e potenciais "altamiras", carecendo constantemente de restauro, atendendo ao seu desgaste diário. Proteger e valorizar o património passa por estas acções de projecto. O tratamento desta questão apresenta-se também sob a forma de rearranjo e redefinição de trajectos e circuitos de visita, com áreas reservadas ou inacessíveis.

O trabalho sobre o existente decorre igualmente de uma tarefa de políticas de comunicação e divulgação, em que os aspectos de acesso à informação deverão ser limitados (dentro da medida do possível), constituindo-se bases fotográficas, videográficas e telemáticas, tornadas acessíveis ao público utente em lugares próprios ou através

de arquivos. Criam-se assim os chamados centros explicativos ou centros interpretativos quando não mesmo sistemas musealizados ou "museografados" de perfil mais tradicional, que compreenderão uma vertente de pedagogia avançada.

Quer isto dizer que mais do que uma musealização pura e simples dos palácios e monumentos afectos ao IPPAR se têm realizado intervenções de carácter multimodal. A aparente ou (nalguns casos) real musealização ou "museografismo" dos monumentos destina-se a preservar o seu espólio incluso, recuperando-o para o lugar mais próximo possível da sua área de antiga afectação e usufruto (e se possível para o seu lugar mesmo de pertença ritual ou simbólica). Assim se poderá revestir o monumento de uma renovada capacidade de interacção antropológica. Trata-se, enfim, de dar expressão às necessidades de reafecção de usos¹.



Mosteiro de Alcobaça.

Alcobaça

Na Abadia de Santa Maria de Alcobaça, para além dos trabalhos permanentes de recuperação e restauro, encontra-se em execução um plano global de revitalização e valorização. Este plano, levado a cabo pelo IPPAR em conjugação com o atelier de Gonçalo Byrne, leva a cabo a musealização e disponibilização para a fruição pública (em regime multiuso) das duas alas principais da fachada do Mosteiro, instalando-se no piso térreo da Ala Sul o primeiro local de acolhimento do conjunto, enquanto que o piso superior recebeu os serviços da paróquia, libertando-se definitivamente a Ala Norte para os serviços de apoio à estrutura cultural. Em 1997, o IPPAR chegou a acordo com a tutela do Lar de Idosos que desde o século XIX se encontrava instalado nas dependências que rodeiam os dois claustros quinhentistas do Mosteiro. Libertados estes a partir de finais do ano de 2001, este vastíssimo núcleo será reafectado a funções culturais.

Mafra

Eis um dos problemas mais sensíveis que enfrentam os grandes monumentos portugueses, fruto de vicissitudes históricas. Depois da extinção das ordens religiosas em 1834, neles apenas se mantiveram serviços paroquiais, ficando grande parte dos conjuntos desafectos ou ocupados por serviços de Estado ou do Exército. Estas ocupações, se por um lado, impediram



Torre da Igreja do Convento, depois dos trabalhos de limpeza das cantarias

em muitos dos casos a degradação completa do monumento (como aconteceu no Mosteiro beneditino de Tibães, por exemplo), noutros introduziram factores de distorção que somente nos finais do século XX se começam a corrigir através da negociação da saída destas entidades "dispersivas" ou a sua reorganização de forma racional, quando o espaço é suficiente ou francamente sobrando, pautadas embora por critérios de intervenção arquitectónica de qualidade e obedecendo a um plano de ordenamento racional, coerente e estabilizador da função final da mole construída.

Em Mafra, o maior Convento português - um dos maiores da Península Ibérica, fundado em 1717 por D. João V, desenvolve-se um plano de revitalização da autoria dos arquitectos Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira

e associados. Para lhe dar cumprimento, naturalmente faseado, o IPPAR procedeu, para já, à celebração de um protocolo com a Escola Prática de Infantaria que parcialmente o ocupa, no sentido de libertar uma grande área situada na Ala Sul e que impedia a circulação continuada do público que tinha que percorrer caminhos em reverso. A reafectação dessa área ao público permite a implantação de um circuito de visita coerente, bem como a reinstalação dos serviços do monumento, a criação de zonas de lazer e pequenos locais de apoio para os serviços educativos - ou seja, para a interpretação do conjunto -, bem como demais componentes associadas à grande riqueza arquitectónica daquele monumento barroco, como uma eventual escola de organaria.

Tibães


O objectivo final da intervenção neste monumento (fundado no século IX, mas remodelado sucessivamente até atingir a sua máxima expressão nos séculos XVII-XVIII), que foi adquirido pelo Estado em 1986 parcialmente em ruínas, é dotá-lo de um enquadramento global que integre todo o conjunto e o devolva à comunidade, explorando as diversas potencialidades de reutilização que lhe subjazem: a) a Igreja, aberta ao culto, com o respectivo espólio integrado devidamente restaurado - ainda que não na sua totalidade; b) a Casa Paroquial, com a sua vertente social e de serviço, para

acompanhamento das actividades religiosas; c) a prevista (e eventual) refundação da comunidade monástica, com a realização de obra no antigo noviciado, que enquadrará a recepção e acolhimento da ordem; d) o "Museu", que deve ser entendido como um percurso por espaços preservados e outros em ruína - estes consolidados e organizados do ponto de vista interpretativo -, devidamente equipados e estruturados do ponto de vista da valorização e reintegração do espólio alienado ou "de substituição"; e) a viabilização do Centro de Estudos, tendo em conta a importância do mosteiro na "rota beneditina" portuguesa; f) a Cerca, que detém funções profiláticas e ambientais, bem como produtivas, além de se inscrever no entendimento da relação da comunidade religiosa ali instalada com a natureza (tendo o trabalho ali efectuado sido recentemente galardoado com o prestigiado prémio Carlo Scarpa per il Giardino da Fondazione Benneton).

Trata-se, assim, de um projecto que integra a vivência do "natural" e do "construído", o encontro da paisagem e da arquitectura, o fomento da utilização do espaço em si com os interiores reafectados a funções monásticas ou litúrgicas articulando o percurso "exterior" com o percurso "interior", tudo isto no quadro de um Museu "aberto" onde a percepção da sedimentação temporal se poderá testemunhar e interpretar.

De resto, o problema das cercas monásticas, tais como os mosteiros ou conventos que os integram desde há muito alienadas é uma das políticas de intervenção do IPPAR que procede à sua paulatina aquisição com vista à sua reintegração museológica "leve". É o que acontece com o Mosteiro de Tarouca, em curso de revitalização, o Mosteiro de Pombeiro ou o Mosteiro de Grijó, para citar apenas alguns exemplos. Trata-se da única maneira de conferir unidade (ou de "restaurar", no sentido literal) os antigos ne-

xos que presidiam à lógica existencial dos monumentos polarizadores.

A musealização do património construído passa, portanto, por um conjunto de operações que não se cingem, hoje em dia, à simples disposição (ou deposição...) de acervos, nem sequer à organização de circuitos de visita ou de disponibilização corrente de informação. Pelo contrário, aliando estes aspectos da musealização clássica de "espaços" - porque é de espaços que tratamos, alguns possuidores de acervos riquíssimo, tais os casos do Palácio da Ajuda ou do Palácio da Pena - o que se pretende atingir é a requalificação espacial total, do monumento e envolvente, de uma forma que reconduza o público ao entendimento do sentido pretérito dessas estruturas sem perder a qualidade de fruição que a sociedade do terceiro milénio exige no encontro harmonioso do difícil binómio consumo-cultural. 

1 Carecendo, naturalmente, muitos monumentos de condições de conservação absolutas "in situ" do seu património móvel de origem (transferidos para os museus nacionais e municipais), a reintegração do espólio disponível é essencial para o entendimento da orgânica edificada. Note-se que não nos encontramos em presença de museus na mais pura acepção da palavra, mas sim de lugares de explicação que estendem a capacidade de relacionamento do monumento, do património construído (quase sempre, um tanto despido), com a comunidade científica, escolar e com o público em geral. Além disso, a realidade "museu", tal como a realidade "monumento", é uma realidade criada na Idade Contemporânea. Nos tempos pré-modernos e pré-contemporâneos, semelhante realidade não existia. Isto revela que os museus são, também, um quadro convencionado e dinâmico, em permanente alteração (caso contrário, perante a especificidade da arte contemporânea, jamais teriam surgido os "centros de arte", de grande flexibilidade. Os museus, tais como os monumentos com as suas áreas museografadas ou centros explicativos/interpretativos devem ser encarados como uma rede de lugares qualificados no território, que sinalizam a paisagem; e sinalizam-na por intermédio da história e dos objectos, integrando (no caso dos monumentos), o imóvel e o móvel associados, sem conflito com os museus (isto é, sem reivindicar as obras-primas ou espólios móveis de relevância programática, que são sumuladas nos museus).

Licenciado em História e mestre em História de Arte. É autor de diversos artigos em revistas da especialidade, tendo sido conferenciado convidado para vários colóquios e encontros em Portugal, Espanha, França, Brasil e EUA. Organizou várias exposições, tendo sido assessor da Europália '91 Portugal (Bruxelas) e Lisboa '94 - Capital Cultural da Europa - nessa área. É autor do ensaio "A Obra Silvestre e a Esfera do Rei", Coimbra, 1991 (prémio D. João de Castro, 1991) e dirigiu a obra "História de Arte em Portugal", 3 vols., Lisboa, 1995. Foi Chefe de Divisão de Museus da Câmara Municipal de Lisboa, desempenhando actualmente a função de Vice-Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).